

ANÁLISE DE CONJUNTURA EM ATOS: A CRISE BRASILEIRA EM CONTEXTO VIRAL

Documento CEAS

Equipe CEAS*

Esse texto esboça a compreensão do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) sobre a conjuntura brasileira no primeiro semestre de 2021, sob o ponto de vista da sua equipe. Para alinhar esta análise, discutir-se-á quatro aspectos centrais do contexto nacional. Em cada um dos aspectos abordados, aqui chamados de Atos, busca-se perceber as interconexões presentes nas dinâmicas internas e externas ao país, assim como os elos existentes entre os acontecimentos conjunturais e seu processo de produção histórico-estrutural.

O primeiro ato discute o significado socioeconômico da crise atual e suas consequências políticas, aí destacando o desemprego e a desindustrialização do país. O segundo ato aborda o caminho histórico da crise brasileira, enfocando o processo do golpe de 2016 e suas articulações com a crise estrutural do capital, desde 2008, quando estourou a crise financeira mundial, até o presente. No ato seguinte, o recorte é feito sobre a pandemia de covid-19, em meio à agudização desta crise, destacando os impactos de viés político-ideológico na condução da crise sanitária feita pelo atual bloco de poder à frente do Estado brasileiro.

No quarto e último ato, desenhamos os cenários e possíveis desdobramentos da crise atual, em termos econômicos e sociais, em meio ao caos sanitário e à proximidade das eleições presidenciais de 2022, enfocando as opções políticas, táticas e estratégicas das classes dominantes e dos coletivos sociais, com destaque para os desafios dos movimentos sociais das classes trabalhadoras e do bloco de poder bolsonarista.

* Centro de Estudos e Ação Social. Para atender às demandas dos Movimentos Sociais, o Ceas se organiza em equipes de assessoria (Rural, Urbana e Documentação/Memória) e coedita a revista Cadernos do Ceas com a UCSal (BA) e a Unicap (PE). E-mail: coordenacao@ceas.com.br



Para realizar os objetivos mencionados, mobilizamos alguns conceitos e noções presentes no debate sociológico e na ciência política atuais, com destaque para os conceitos de “necropolítica” lógica de “destruição capitalista”, “estado de exceção”, “lógica suicidária do estado fascista”, dentre outros.

Por fim, relembramos que uma análise de conjuntura, necessariamente, parte de um ponto de vista e de um lugar de observação. No nosso caso, ponto e lugar se confundem, posto que miramos a conjuntura a partir dos espaços de convivência e luta dos movimentos sociais, rurais e urbanos, e formulamos nossa compreensão em diálogo com esses coletivos, tendo como referências suas necessidades e objetivos. Enfim, a lógica que orienta esta visão da conjuntura procura se conectar com os interesses dos trabalhadores, dos grupos sociais oprimidos e explorados da sociedade brasileira.

Ato 1 – O significado socioeconômico da crise e suas consequências políticas

Ao longo da história, o capitalismo se desenvolveu em ciclos de crescimento seguidos por crise. Nas últimas décadas, os períodos de crescimento econômico tornaram-se mais curtos e os de crise mais longos, com poucas exceções regionais. A razão básica desse percurso do capital é a sua forma de desenvolvimento, concentrando a riqueza e a renda, de um lado, e, de outro, a pobreza e carência generalizadas, e assim ampliando a desigualdade social, a violência, enfim, a morte lenta ou violenta e suas formas variadas.

A natureza do capital, portanto, é destrutiva. Se não regulado pelo Estado, em determinada correlação de forças sociais, com políticas redistributivas concretas, o sistema agrava todas as desigualdades possíveis e concentra a produção e a renda ao absurdo, como, aliás, assistimos hoje, quando um 1% (um por cento) da população mundial controla 99% (noventa e nove por cento) da riqueza produzida por toda a humanidade. Ou, no caso do Brasil, onde 1% dos proprietários controlam cerca de 50% da área rural do país e do total da renda socialmente produzida (CREDIT SUISSE, 2021). Não só isso, para sair da crise, o sistema adota a eliminação do capital mais frágil, vencido no jogo de mercado, promovendo a destruição ou a queima dos capitais mais fracos e, com eles, dos empregos e rendas de muitas pessoas, especialmente as mais pobres. Desse processo resulta a crescente monopolização dos setores produtivos em mãos dos capitais vencedores, os monopólios.

Além desse processo econômico clássico, o Brasil vem passando por uma ampla desindustrialização da economia, com a burguesia interna concentrando-se nas finanças e na especulação com títulos, no comércio, na mineração e no agronegócio latifundiário exportador. Enquanto se desindustrializa, o país assiste à reprimarização produtiva de sua economia, reduzindo drasticamente o emprego urbano-industrial, que, em geral, paga melhores salários, diminuindo o dinamismo econômico nos grandes centros do país. Os fechamentos da Ford e de várias plantas industriais no Brasil podem ser entendidos como uma consequência desse processo de desindustrialização.

A desindustrialização, com o conseqüente avanço da reprimarização das exportações do país, é um processo que remonta ao início da década de 1990, com o avanço do neoliberalismo e das privatizações das empresas estatais, principais responsáveis pelos investimentos produtivos do país. Este processo, o projeto neodesenvolvimentista dos governos petistas não foi capaz de deter. Também por isso se faz, cada vez mais, necessário repensar/buscar modelos de desenvolvimento que consigam incorporar as populações hoje sobrando, democratizando as oportunidades de desenvolvimento humano e social, ainda que tal incorporação se faça sob a condição de meros fornecedores de força de trabalho.

Todavia, o debate desse tema não deve excluir sistemas alternativos à lógica da acumulação capitalista, tampouco limitar-se ao desenvolvimentismo versus neoliberalismo. Temas como autogestão, autossustentabilidade, socialismo, agroecologia, a construção de outra economia (bem viver, economia social e solidária etc.) devem ser incorporados à pauta, obviamente, por iniciativa das classes trabalhadoras do campo e da cidade, por meio de seus movimentos e organizações sociais.

De todo modo, é fato que as tendências que acompanham o processo de desindustrialização foram agravadas com a opção política pelo neoliberalismo e radicalizadas a partir de 2015. O processo do golpe de 2016 aprofundou a desindustrialização, destruindo o setor de construção pesada, o setor naval, engenharia, petróleo e gás e um sem número de empresas. E, ao mesmo tempo, desmontou a já precária proteção social com as reformas trabalhistas, da Previdência, com a emenda constitucional, originada da PEC 95, que limita os gastos públicos, especialmente os gastos sociais, que não podem aumentar de um ano para outro, senão no limite da inflação medida no exercício anterior. Em meados de 2021, o Brasil apresentava cerca de 14,4 milhões de desempregados e 6 milhões de desalentados, ou

seja, pessoas desempregadas que sequer procuram emprego, porque sabem que não o encontrarão (IBGE, 2021).

A pandemia de covid-19 aprofundou o que já existia em termos de caos social e econômico nacional. Em termos humanos, a lógica violenta do capital e da sua crise atinge também o corpo físico dos trabalhadores e dos oprimidos em geral. Essa lógica exclui multidões, que precisam ser controladas, domesticadas, ou mesmo removidas de seus espaços de trabalho e moradia - conforme a campanha "Despejo Zero" (2020), em apenas um ano de pandemia, mais de 64,5 mil famílias estão sob esta ameaça -, e, no limite, quando o controle e a domesticação não são suficientes, encarceradas ou fisicamente eliminadas. Então, entram em cena os aparelhos repressivos, policiais, judiciários e penitenciários (GRAMSCI, 1978); produzem-se as guerras às drogas, o encarceramento da juventude negra e periférica (os negros são 63% da população carcerária), os grupos de extermínio oficiais ou paramilitares, que vitimizam 74% mais os negros que os não negros (IPEA, 2020); mobiliza-se o racismo como ideologia justificadora das políticas de eliminação ou encarceramento das populações sobrantes, algo tão comezinho às sociedades pós-coloniais.

No Brasil e na América Latina, a "guerra às drogas" tem sido o subterfúgio da política de segurança para o extermínio ou controle das populações negras e originárias, sitiadas nas periferias dos grandes centros urbanos; uma guerra racial de alta letalidade, que busca o controle repressivo desses corpos, etnicamente etiquetados, evidenciando uma ditadura velada nesses espaços. Este processo direciona a atuação das políticas estatais não só na segurança pública, alcança outras políticas públicas nos setores de urbanização, moradia, transporte, saúde etc.

No Brasil, entretanto, os governos neodesenvolvimentistas, ditos democrático-populares, não assimilaram esse debate e mantiveram praticamente intacta a "guerra às drogas", praticada por todos os governos há décadas, de Norte a Sul do país. A essa prática institucional, Achille Mbembe (2018), um pensador de origem camaronesa, chamou de "necropolítica". Para este autor, a "política da morte" está sendo mobilizada pelo Estado, que, assim agindo, toma a natureza de estado de exceção, conforme o definiu Giorgio Agamben. Efetivamente, é como se vivêssemos em "uma guerra civil legal" ou "um estado de emergência permanente", que permite a eliminação física de adversários políticos, e também de categorias inteiras de cidadãos, sendo essas "práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos" (2004, p. 13).

Nesse ponto da crise de decomposição da sociabilidade capitalista, subjetivamente, podemos dizer que os impulsos de morte parecem se sobrepôr aos impulsos de vida; é como se a humanidade soltasse todos os seus diabos. Esse aspecto psicológico da crise, no Brasil, expresso e tão bem representado pelo bolsonarismo e pela própria família presidencial, corresponde, no plano ideológico e cultural, ao aparecimento das visões de mundo ultrarreacionárias e conservadoras, fascistas, que tomam forma e se corporificam em organizações políticas, religiosas e em organizações paramilitares, que menosprezam direitos humanos, a cidadania, a diversidade e os princípios democráticos. Essa negação tão radical dos valores humanistas só encontra paralelo na história recente no contexto da crise que produziu as guerras mundiais do século XX.

De fato, se entre 1914 e 1945, uma crise de desestruturação e decomposição capitalistas, levou a humanidade às guerras mundiais, ao nazifascismo e ao holocausto, sendo esse o período do Estado de exceção nazifascista. Nos anos que correm, uma nova crise estrutural, que destrói a sociabilidade burguesa ocidental na periferia, ameaça nos jogar, mais uma vez, em aventuras políticas, econômicas e culturais que flertam claramente com esse passado, que, enganosamente, parecia estar superado. Assim, não podemos esquecer, a crise de desagregação da sociabilidade burguesa nos dias que correm produz os seus homólogos políticos ideológicos, pautados na violência, no estado de exceção e na necropolítica.

Todavia, parece-nos que as classes e os grupos sociais que sofrem as consequências desse processo, ainda não têm claro que a saída para a crise passa pela superação do sistema burguês de produção e distribuição da riqueza. Além disso, a experiência histórica recente, em vários países do ocidente, demonstrou ser possível regular os efeitos do sistema do capital, amenizado a desigualdade, via políticas públicas de caráter compensatório aos efeitos estruturais de funcionamento do capital, algo assemelhado ao estado de bem-estar (DRAIBE, S.; RIESCO, 2011). Na conjuntura política brasileira atual, essa parece ser a opção preferida pelos principais atores de oposição ao grupo hegemônico. A questão, porém, é por quanto tempo o sistema de exploração e desigualdades extremas, historicamente vigente no Brasil, consegue tolerar governos de viés minimamente reformador, social-democrata, de centro esquerda ou socioliberal, à frente do estado? Em três experiências históricas (1952-54;

1961-64; 2006-2014),¹ crises econômicas foram potencializadas por boicote político para forçarem soluções de ruptura, tentadas ou efetivadas, que pusessem fim às experiências redistributivas em curso.

Ato 2 - Entendendo o golpe institucional de 2016

As razões internas do golpe institucional, que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, estão imbricadas no contexto da crise econômica mundial iniciada em 2007/8, bem como o próprio golpe se relaciona com as disputas geopolíticas, tendo como principais peledores os Estados Unidos e a China. A rigor, as disputas imperiais e a crise mundial conformam o cenário estrutural e estão imbricadas com a trama institucional do golpe de 2016 no Brasil. Aqui, destacaremos três aspectos, a nosso ver, mais salientes, que ligam o cenário nacional a esse contexto internacional, para, em seguida, discutir os elementos internos que ajudam a explicar o golpe de 2016.

Primeiro, deve-se observar que, durante a crise mundial, empresas multinacionais com sede no Brasil cresciam sua atuação global, disputando espaço com corporações dos países centrais. Essas multas “brasileiras” ampliavam sua presença e repatriação de lucros obtidos no exterior. Para isso importava, decididamente, a política econômica dos governos petistas, através, sobretudo, dos financiamentos do BNDES e das ações da política externa do período, ambas favorecendo o avanço dessas corporações sobre o mercado de outros países, para além da América do Sul.² Ressalte-se que tal avanço ocorria em contexto de contração desse mercado, em razão da crise mundial iniciada em 2008, que afetaria o Brasil, pontualmente, em 2009, e mais duradouramente após 2013.

Segundo, a articulação política dos BRICs, a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICs, o fortalecimento do Mercosul, o fortalecimento do G20, dentre outras ações

¹ NEVES, Lucília de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. Para as realizações dos governos petista e sobre o golpe de 2016, ver, de vários autores, *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018; e SADER. Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo/Clacso, 2013.

² OLIVEIRA Alexandre L. de. “O BNDES como ator das relações exteriores brasileiras durante o governo Lula (2003-2010)”. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, 2016, Ano IV, N. 8; GOVEIA, Luís Alberto Miranda e OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. “A seletividade espacial das multinacionais brasileiras nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.” *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, 2017, Ano VI, N. 11.

diplomáticas, projetavam o Brasil política e economicamente no cenário internacional, então um campo minado pela profundidade da crise econômica e também geoestratégica mundial, e pela iminente perda de hegemonia dos Estados Unidos para uma China cada vez mais pungente, que avançava em aliança político-militar e econômica com a Rússia.

Assim, chegamos ao terceiro aspecto externo a se ressaltar para a compreensão do golpe de 2016. Justamente, a ameaça de perda, pelos Estados Unidos, da hegemonia sobre a América Latina, como já ocorrera no continente africano e em outras regiões do planeta. No século XXI, a China tornou-se o maior parceiro econômico do Brasil e do continente latino-americano, papel ocupado no século anterior pelos Estados Unidos. Sob essas contingências externas agiram os atores internos mais vinculados aos interesses imperiais e de setores das suas corporações.

Internamente, os atores associados a tais interesses não disfarçaram suas ações voltadas à reversão das políticas nacionais relativas à exploração das reservas do pré-sal, bem como para quebrar o monopólio estatal do petróleo. Esses itens parecem ter levado os representantes políticos, externos e internos das empresas planetárias de energia fóssil a agirem pela ruptura institucional no Brasil. Nesse sentido, já no processo do golpe, e logo após, esse setor do capital recebeu como prebenda o desmonte dessas políticas: o fim do sistema de partilha, com a perda da Petrobrás do status de operadora única (proposta por José Serra, PSDB-SP); o "decreto do trilhão", isentando as empresas operadoras de impostos de importação, que atingiu de morte o conteúdo nacional (equipamentos, insumos etc.), essencial à política de desenvolvimento industrial interno.³ De Temer a Bolsonaro, a Energia deixou de ser assunto de soberania nacional, daí a venda de ativos estratégicos da Petrobrás, como a BR Distribuidora, e, agora, a MP de privatização da Eletrobrás. Assim, ativos considerados estratégicos para a soberania nacional de qualquer país, no Brasil pós-golpe estão sendo transformados em objetos dos fundos de investimentos do capital financeiro mundial.

³ *Carta Capital* (06/08/2020). "A criminosa proposta de privatizar o Pré-Sal / Petróleo". Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-criminosa-privatizacao-da-pre-sal-petroleo-s-a/>, acesso em 24.06.2021. Antes dessas mudanças, o volume de excedente-óleo mínimo foi de 41,65%, na segunda e terceira rodada de licitação do pré-sal, o excedente-óleo mínimo, na média, ficou em 16,18% e na quarta rodada situou-se num patamar ainda mais baixo: 13,5%.

Os casos de corrupção na Petrobrás foram usados pela Operação Lava-Jato para punir a estatal, em grande medida preservando os culpados, que, inclusive, mantiveram parte do fruto do crime. A cooperação ilegal desta operação com agências de poder estadunidense, além de facilitar a destruição do papel estratégico da Petrobrás, esfacelou a própria soberania político-jurídica brasileira. No mesmo sentido, foi minada a capacidade de concorrência global das grandes empresas de engenharia, e outras multinacionais internas, que haviam se consolidado globalmente com o financiamento do BNDES, tiveram que mudar sua sede para os EUA e, assim, sobreviverem, a exemplo da JBS.

No conjunto, esses aspectos políticos, econômicos, diplomáticos e geoestratégicos parecem ter motivado, no Brasil, uma articulação político-institucional, envolvendo setores das classes dominantes locais (muitos deles acossados por processos da Operação Lava-Jato), representantes do Ministério Público Federal, do Judiciário e da grande mídia, desde há muito internacionalizada. São vários os indícios de que essa articulação foi externamente apoiada por representantes dos Estados Unidos, mediados por suas agências de inteligência, pelo Departamento de Estado, bem como por fundações de corporações (*think thanks*) do setor de energia.⁴

Os recursos que essa articulação logrou colocar em circulação na sociedade brasileira foram decisivos para criar as condições subjetivas que levariam ao desencadear de ampla mobilização da classe média, que voltava às ruas 50 anos depois do golpe de 1964, e que, no limite, fez ruir a base social de apoio ao governo e criou as condições políticas para o impeachment da presidenta reeleita, em 2014.

Nessa perspectiva, o cálculo político dos setores internos que patrocinaram o golpe de 2016 incorporavam interesses imperiais nos setores de petróleo, gás, compras governamentais, dentre outros; em conter a expansão no mercado mundial das corporações

⁴ CANAAN, Gabriel Lecznieski. *O Brasil na mira do tio Sam: a atuação da embaixada dos EUA durante o governo Lula (2003-2010)*. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC), 2019. Cannan analisou 2.866 telegramas enviados pela Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil para o Departamento de Estado, em Washington, vazados em 2010 por Chelsea Manning e publicados pela WikiLeaks. Os documentos reforçam as evidências de envolvimento deste país no golpe de 2016.

NASSIF, L. "Luís Nassif denuncia como foi montado o golpe do século contra a Petrobras". Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/55354/luis-nassif-denuncia-como-foi-montado-o-golpe-do-seculo-contra-a-petrobras>, acesso em 21.03.2021; e, "Hipótese: a conexão EUA - Lava Jato". Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/hipotese-a-conexao-eua-lava-jato/>, acesso em 21.03.2021.

com sede no Brasil e do avanço chinês no Brasil e, por conseguinte, em todo o subcontinente latino-americano. Objetivos semelhantes, aliás, ficam evidentes, novamente, na América do Sul pelo apoio dado pelos EUA ao golpe de estado perpetrado na Bolívia, visando impedir a posse do presidente Evo Morales, reeleito legitimamente, como ficaria depois comprovado.⁵

Por fim, o combate à corrupção, enaltecido tanto pelas as forças internas, como pela política externa estadunidense, agora reforçado pelo atual presidente, Joe Biden, ainda que seja um componente real que grassa os setores público e privado no Brasil, parece ter sido apenas a narrativa que levaria à aprovação do impeachment e ao golpe com o Supremo e com tudo, e mote central para mobilizar os setores mais conservadores da sociedade brasileira que, mais adiante, nos brindaria com o bolsonarismo. Porém, na trajetória do casamento das classes dominantes com essa vertente do neofascismo brasileiro havia uma pedra, a pedra da pandemia de covid-19, que agudizaria a crise estrutural do capital.

Ato 3 – A pandemia de Covid-19 em meio à crise do capital

Nos atos anteriores, mostramos como o golpe institucional de 2016 esteve conectado a fatores internos e externos, bem como à crise mundial do capital, crise que produziu os seus homólogos políticos-ideológicos, espelhando a lógica da destruição capitalista no proceder político violento, no estado de exceção contra os oprimidos, enfim, no que chamamos de necropolítica. Faltou observar, todavia, que o processo de destruição do capital pela crise já havia alcançado, antes da pandemia, o próprio setor financeiro especulativo, o coração do padrão hegemônico de acumulação de riquezas no capitalismo ocidental.

Isso significava que os especuladores financeiros, para salvar seus capitais, que, em geral, são papéis, títulos das dívidas públicas dos Estados, dos quais esses financistas são credores/agiotas, já aceitavam renovar seus contratos de empréstimos, recebendo juros negativos por seus capitais. Ou seja, para preservar seus tesouros financeiros fictícios, topavam receber um valor menor que o capital por eles emprestado. A queima de capital, portanto, já havia começado a afetar o coração financeiro do sistema quando teve início a

⁵ *El País*. "Estudo do MIT não encontra evidência estatística de fraude nas eleições da Bolívia". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-28/estudo-do-mit-nao-encontra-evidencia-estatistica-de-fraude-nas-eleicoes-da-bolivia.html>, acesso em 15.03.2021.

pandemia. E, com a covid-19, a lógica destrutiva da crise estrutural encontrou um grande reforço, acelerando a destruição de forças produtivas, levando à falência uma enormidade de empresas, as mais frágeis, reduzindo o nível de atividade econômica geral, promovendo o desemprego, a fome, a violência, o feminicídio, além da eliminação física de vidas humanas, nos países mais populosos, às centenas de milhares e à casa dos milhões em todo o mundo.

Todavia, a economia política liberal e seus porta-vozes na mídia não podem dizer que, para o grande capital, a pandemia cumpre uma função essencial para sua futura saída, ainda que provisória, da crise que atualmente o assola, destruindo forças produtivas. (Não se pode dizer a verdade sobre o capital). Naturalmente, as perdas de vidas humanas e dos empregos monopolizam o debate público. Mas, a rigor, os efeitos econômicos da pandemia poderão, mais à frente, proporcionar uma retomada do crescimento econômico, mesmo que em bases ainda mais excludentes e exploratórias da força de trabalho e da natureza que as atuais.⁶

A expectativa de que podem se beneficiar com um forte crescimento econômico, mais à frente, ajuda a entender a política genocida dos bolsonaristas. Sua lógica é a lógica de destruição da crise capitalista radicalizada por seus valores ético-morais, e está expressa na política de deixar o vírus circular livremente (deixa fazer, deixa passar), pois, assim se conseguiria, nessa lógica macabra, alcançar, o mais rapidamente possível, o que eles chamam de imunidade do rebanho e retomada do crescimento, pouco importando o custo humano dessa estratégia. A vacina, portanto, não seria prioridade para tal objetivo, posto que demorada, escassa e, no primeiro momento, com um viés geopolítico chinês.⁷ Ademais, na lógica bolsonarista prevalecem os princípios da propriedade privada e liberdade individual absolutos, sem restrições de qualquer ordem. Assim, não admitem limitar a liberdade de circulação, de comércio, aglomerar, andar sem máscara. Tais valores se sobreporiam a quaisquer outros, inclusive o direito à Vida.

Em seu primeiro ano, a pandemia ceifou a vida, principalmente, dos setores sociais mais frágeis, os pobres, pretos, periféricos, indígenas, trabalhadores que utilizam transporte público e do setor informal, enfim, daqueles que já estavam devidamente “etiquetados”

⁶ Com o agravamento da crise durante a pandemia, a inflação retornou ao Brasil e a diversos países, e, com ela, o aumento das taxas de juros e outras ações favoráveis (EUA) ao retorno da rentabilidade do capital especulativo. Seria isso fortuito?

⁷ Embora a vacina proveniente da Índia tenha provocado a ânsia e a urgência em adquiri-la. A razão de tão súbita alteração é o que a CPI busca encontrar.

como população sobrando ou indesejáveis, as vítimas do Estado de Exceção e da necropolítica ou política da morte. Ocorre que os efeitos desta visão ultra reacionária e anti-humanista transformou o Brasil em um gigantesco laboratório a céu aberto do vírus Sars-CoV-2, dando origem a mutações e cepas mais contagiosas, levando ao colapso no sistema público e privado de saúde. Com isso, o número de morte por covid-19 se agigantou, colocando em risco as próprias classes dominantes e os agentes públicos.

A necropolítica, com ares oficiais no Brasil, avança para absorver ou incorporar a lógica de “Estado suicidário”, como nos regimes nazifascistas. Um Estado que não é apenas o gestor da morte, mas “a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição”, como argumenta Safatle.⁸ Ou seja, por essa lógica, o Estado dirige ou permite que sua própria população se encaminhe para morte, estimulando-a nessa direção. Na condução da pandemia de covid-19, o Estado brasileiro assumiu um caráter suicidário? Precisamos reconhecer, essa hipótese explicaria como o Brasil, tendo menos de três por cento (3%) da população mundial, contabilize entre 13% das vítimas fatais de covid-19 no planeta.⁹ Explicaria, ademais, todo o tipo de esquivas do governo federal contra a aquisição precoce de vacinas, só o fazendo quando as pressões políticas se tornaram incontornáveis e quando se vislumbrou a possibilidade de vantagens financeiras indevidas às custas do erário.

Não por acaso, quando os mortos somam milhares ao dia, vitimando os principais centros de poder do capital, as classes dominantes começaram a se desvincular do governo, ainda que via tímidos manifestos de economistas, banqueiros, investidores, empresários. Enfim, alguns setores dirigentes começam a se amedrontar com a lógica suicidária do grupo dirigente, engendrado pelas consequências do golpe institucional de 2016, pela caça às bruxas, pelos julgamentos midiáticos em conexão com os operadores da Lava-Jato.

⁸ SAFATLE, Vladimir. “Para além da necropolítica”. N-1 edições. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/191>, acesso em 02.03.2021

⁹ Conforme estimativas do epidemiologista Pedro Hallal, ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (RS), e da médica Jurema Werneck (Movimento Alerta / UFRJ) somente a demora na compra de vacinas foi responsável pela morte de 95 mil a 145 mil pessoas. A mortalidade acumulada no Brasil estaria em 2,3 mil pessoas a cada milhão de habitantes, em junho de 2021 (*Congresso em Foco*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/cpi-da-covid-ouve-pedro-hallal-e-jurema-werneck/>, acesso em 26.06.2021).

Como exposto, credita-se a política genocida e suicidária do bolsonarismo aos valores ultrarreacionários, funcionais à lógica do capital em crise, que, infelizmente, logrou prosperar em cerca de um quarto da população. Nesse processo, o golpe de 2016 se consolidaria, em 2018, quando lideranças militares lograram coagir o Poder Judiciário, em decisões que retirariam da disputa presidencial o candidato favorito, segundo todas as pesquisas de opinião. Somente em março de 2021, com a crise do bolsonarismo e sua desastrosa política genocida e suicidária escandalizando o planeta, a justiça brasileira devolveria os direitos políticos ao ex-presidente Lula, o candidato cassado para que Bolsonaro tivesse sua ascensão ao poder facilitada.

Ato 4 – Possíveis cenários e desdobramentos da conjuntura

Neste quarto e último ato, discutiremos os possíveis desdobramentos para a crise, elencando alguns fatores relevantes, dentre outros, que poderão influenciar decisivamente no desenvolvimento da conjuntura, inicialmente em torno do cenário mundial, depois no cenário nacional.

Em termos mundiais, o primeiro fator de influência diz respeito ao conflito geoestratégico que envolve a China e Rússia, em aliança, e os Estados Unidos, cuja manifestação mais direta se dá através da “guerra comercial”, que se aprofunda com o retorno dos Democratas ao governo estadunidense, e tem nas disputas pelo controle estratégico das comunicações e da tecnologia 5G sua expressão mais evidente.

O segundo fator, de caráter militar, envolve disputas crescentes entre essas potências em algumas regiões do planeta. Na Ásia, em torno do controle do sul do mar da China, em Hong Kong e em Mianmar, onde a crescente influência chinesa incomoda muito fortemente aos Estados Unidos e aos seus aliados na região. Na Europa, as tensões militares envolvem os EUA e aliados da União Europeia, reunidos na OTAN, tendo como antagonista a Rússia. Esta, em represália ao golpe contra seu aliado na Ucrânia, apoia militarmente a separação da região Leste deste país, cuja população é, majoritariamente, de cultura russa e se opõe ao

novo governo ucraniano, pró OTAN e ao Tratado de Livre Comércio com a União Europeia.¹⁰ Com isso, e em função dessas disputas geoestratégicas, tornou-se cada vez mais comum referências a uma possível terceira guerra mundial, ainda que por ora não se possa referendar essa hipótese.

O terceiro fator de influência na conjuntura internacional no cenário nacional diz respeito aos desdobramentos da crise do capitalismo, que se cruzam com o processo de contenção da pandemia de covid-19. Em uma visão otimista pode-se projetar a vacinação de 70 a 80% da população dos principais países da economia global até o final de 2021. Neste tempo, deve-se concretizar uma ampla queima de capitais, com o enxugamento do mercado, via eliminação dos setores industriais e mercantis mais débeis. Esse duplo processo, sanitário e econômico, abriria espaço para retomada dos investimentos, da atividade e do crescimento econômicos, com o retorno de uma certa “normalidade” à reprodução capitalista. Neste cenário, a lógica destrutiva do capital se apropriaria dos efeitos funestos da pandemia para relançar o chamado “ciclo virtuoso” de crescimento e a ampliação da margem de lucro dos agentes econômicos. Embora otimista, talvez este seja o cenário mais provável. No entanto, ele apresenta uma série de contratendências, duas delas destacadas a seguir. A primeira é que a possível ampla cobertura vacinal da população deve ficar restrita aos países mais ricos. Isto manteria o vírus circulando mundialmente e a necessidade de barreiras comerciais e o trânsito de pessoas entre os países. Assim, a crise perduraria por um período de tempo ainda maior. Além disso, é provável que outros espaços amplos, após o brasileiro e o indiano, ocupem a função de laboratório a céu aberto de proliferação e evolução mutante do vírus, prolongando as crises sanitária e econômica mundiais.

Quanto aos possíveis desdobramento políticos da crise no Brasil, um aspecto relevante da conjuntura diz respeito ao avanço da vacinação — ainda que iniciada tardiamente, o que implicou a perda de entre 95 mil e 145 mil vidas¹¹ —, que deve amenizar os efeitos políticos futuros da atuação suicidária do Estado bolsonarista.

¹⁰ “Na reunião da OTAN, em junho de 2021, com a presença de Joe Biden, pela primeira vez na sua história, a organização militar liderada pelos Estados Unidos declarou que seu novo e grande “desafio sistêmico” vem da Ásia, e responde pelo nome de China” (FIORI, José L. “Sete potências e um destino”. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/sete-potencias-e-um-destino/>, acesso em 24.06.21)

¹¹ Cf. Pedro Hallal, epidemiologista da Universidade Federal de Pelotas, RS (Congresso em Foco, 24.06.2021).

De todo modo, algumas questões se colocam a partir disso: Quando e como essa lógica poderá ser revertida? A violência destrutiva do bolsonarismo ficará no meio do caminho, será contida ou dará vazão a um projeto de ditadura neofascista? Estaríamos entre o vírus e a ditadura? Por ora, sem dúvida, estamos expostos a ambos. Ainda que a vacinação consiga conter o vírus, até o final de 2021, é possível que venhamos a perder cerca de 750 mil vidas. Quanto ao verme..., bem, ainda não é possível descartar a hipótese de um golpe militar-civil.

Nesse sentido, as mudanças nos ministérios da Defesa, Exército, Marinha e Aeronáutica, a permissão tácita para que militares da ativa participem de atos políticos ao lado do presidente, os indícios de perda do controle das polícias militares (em grande parte bolsonarista) pelos governadores dos estados, o acesso indiscriminado às armas e munições pelos apoiadores civis de um novo AI-5, a redobrada aposta de Bolsonaro no estímulo à conduta contrária aos cuidados sanitários contra a covid-19, em que pese a possibilidade futura de responsabilização penal, são todos elementos que indicam a aposta numa saída golpista para seu projeto de poder. Esta aposta parece ter sido reforçada depois da reviravolta judiciária que, considerando suspeito e incompetente o juiz que sentenciou o ex-presidente, retirou as condenações que sobre Lula recaiam, reestabelecendo seus direitos políticos e viabilizando sua candidatura presidencial em 2022, e que vem sendo reconhecida como favorita em quase todas as enquetes de opinião até aqui realizadas.

De qualquer modo, não se deve minimizar a violência destrutiva do bolsonarismo, sua capilaridade política e social, bem como o seu projeto neofascista, que, nos últimos anos, realizou mobilizações sociais de massa. Por ora, já é possível enxergar adiante a contenção da covid-19 pela vacinação, mas ainda não a do bolsonarismo. Todavia, para este, a vacina parece estar no laboratório das ruas. E seus agentes já começam a realizar os primeiros ensaios políticos, ocorridos em 29 de maio e 19 de junho/2021.

Os movimentos sociais, os partidos de esquerda, sindicatos e entidades da sociedade civil pareciam estar hibernando durante o período de características sanitárias mais difíceis, sem mobilizações em praça pública. Agora reapareceram, porém sem um programa claro, mas com bandeiras que vão da vacina e repúdio ao escárnio presidencial com as vítimas fatais da pandemia, até o impeachment de Bolsonaro. Ainda não se vê uma clara articulação das ruas com os efeitos da crise econômica, o desemprego, a fome, moradia, terra e território, alimento, aumento da miséria, destruição do meio ambiente etc., mas essa conexão tenderá

a ocorrer com o prosseguimento dos protestos, a exemplo do protesto indígena, em Brasília, contra a aprovação do projeto de lei (PL) N. 490, que, na prática, inviabiliza a demarcação de terras indígenas e promove a abertura dos territórios ao agronegócio, à mineração e à construção de hidrelétricas, ferindo o artigo 231 da Constituição, que atribui aos indígenas "o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos" existentes em suas terras.¹²

Seria louvável que os movimentos sociais e as organizações progressistas possuíssem força bastante para deter o projeto bolsonarista. Todavia, por hora, não podemos deixar de observar uma grande desarticulação entre essas instituições e as maiorias populares, a ausência de bases sociais organizadas em escala, a desconexão entre as lideranças institucionais dessas organizações e a massa popular nas periferias dos grandes centros urbanos. Esses são dados da realidade que não podem ser desconsiderados. Entretanto, em contrapartida, pode-se indicar o potencial de crescimento dos movimentos sociais, por via da auto-organização dos trabalhadores (urbanos e rurais), que veem seus salários e rendimentos corroídos pela inflação; dos movimentos das mulheres, com destaque para o feminismo negro, das lutas antirracistas, dos povos indígenas, do surgimento de redes de solidariedade entre movimentos do campo e da cidade, a busca de autonomia e autossustentabilidade, a resistência crescente contra a privatização da água, cada vez mais escassa.

No Congresso Nacional, por sua vez, a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar responsabilidades na condução da pandemia, seguirá incomodando o bolsonarismo e possibilitando que parte importante da mídia conservadora reforce sua posição, agora, no campo de oposição ao governo. Para essa parte da mídia, apesar de continuar apoiando a pauta neoliberal oficial, o momento é de trabalhar para o enfraquecimento de Bolsonaro, sobretudo após a queda do ex-juiz e ministro da Justiça, Sérgio Moro. A mídia conservadora, sem a operação Lava-Jato e vendo anuladas as condenações desta — contra adversários políticos específicos e escolhidos por critérios ideológicos —, parece recuar, ao menos por enquanto, em relação ao período em que praticou em aliança com a Lava-Jato, o direito penal do inimigo contra seus alvos políticos.

¹² CIMI (22.06.2021). "Indígenas são atacados pela polícia em Brasília durante protesto pacífico contra PL 490/2007". Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/06/indigenas-atacados-policia-brasilia-protesto-pacifico-contrapl-490/>, acesso 24.06.2021. A CCJ da Câmara aprovou projeto que ameaça futuro de indígenas em benefício de ruralistas.

Enfim, as defecções tendem a aumentar no bloco de poder bolsonarista, que, contudo, se mantém em maioria no Legislativo Federal, mas ao custo de um orçamento paralelo, jamais visto, de 20 bilhões de reais, usado como moeda de troca pelo apoio parlamentar do Centrão, uma bancada formada por deputados e senadores de vários partidos, com larga trajetória fisiológica e denúncias de corrupção.

Na classe dominante, tardiamente, alguns setores começaram a desembarcar do bolsonarismo, mas fazendo-o somente quando sua política assume um caráter suicidário e se confirma a derrota político-jurídica da Lava-Jato. Exemplifica essa tendência os manifestos assinados por eminentes banqueiros e investidores, decisões do STF a respeito desta operação e a postura atual de parte da mídia. Todavia, é muito improvável que daí surja uma ação mais consistente, determinada, no sentido de conter o genocida, sobretudo, porque ele ainda possui parte do butim que pode ser entregue a esses setores, como empresas estatais (a ex. da Eletrobrás) e uma série de outros benefícios, tipo o orçamento paralelo de 20 bilhões de reais.

Nas Forças Armadas, também se registram militares insatisfeitos com o uso do Exército por Bolsonaro, mas as prebendas do governo, distribuindo cerca de 12 mil cargos com altos salários, privilégios nas antirreformas sociais em curso, dentre outros mimos, asseguram a fidelidade ou omissão da maioria das Forças. Nos estados, as polícias militares, até aqui, constituem os segmentos mais importantes da base social bolsonarista, figurando ao lado das lideranças evangélicas e alguns setores conservadores católicos, sem esquecer o apoio de que desfruta o bolsonarismo entre os setores advindos da mineração, do garimpo, da grilagem de terras, dos setores mais retrógrados do agronegócio e dos grupos milicianos, envolvidos com negócios ilegais nas grandes cidades. Todavia, a demissão recente dos ministros ligados às Forças Armadas parece indicar um descolamento destas em relação ao projeto autoritário do presidente, em que pese Bolsonaro seguir apostando na possibilidade de uma ruptura institucional com o apoio militar.

Desse modo, o contexto atual não apresenta cores róseas, tudo está em aberto, mas muito depende das opções políticas dos atores sociais, das maiorias populares, vítimas principais da lógica destrutiva do capital e do Estado de exceção. E, neste ponto, vimos um problema. Por ora, estão se mobilizando os atores dos extratos médios da população. Ainda não se percebe uma presença popular significativa, seja nas manifestações recentes de rua e nas bandeiras/reivindicações aí expostas, seja nos já tradicionais painelaços, registrados

basicamente nos condomínios de classe média e não nos bairros populares. Isso, infelizmente, expressa uma debilidade organizativa dos movimentos sociais, sobretudo, nos espaços urbanos periféricos, que precisa ser ultrapassada se quisermos atuar sobre as desigualdades gritantes da sociedade brasileira, e não apenas os problemas criados pelos governos atual e anteriores.

De todo modo, as mobilizações populares progressistas, com todos os cuidados sanitários possíveis, são cada dia mais necessárias para contermos, em tempos normais, a necropolítica praticada pelo estado de exceção a serviço das classes dominantes, e, nestes tempos excepcionais, para barrarmos o projeto suicidário, que já facilitou a eliminação física de 500 mil brasileiros somente nesta pandemia.

O bolsonarismo precisa ser contido. Mas os grupos sociais e movimentos populares e progressistas ainda não apresentam acúmulo suficiente para tanto. Enquanto isso, o projeto autoritário de poder também faz água, com várias defecções e a perda do ímpeto de suas mobilizações, *pari passu* à corrosão da popularidade do líder neofascista. É nesse contexto que se aproximam as eleições presidenciais de 2022.

Tudo ficará a ser decidido pelo voto popular? E qual será o conteúdo social do projetopositor ao governo nessas eleições? Eis aí as questões que nos parecem decisivas, pois, em nossa perspectiva, somente o crescimento exponencial das mobilizações sociais populares, e não apenas uma vitória no campo político-eleitoral, responderia favoravelmente às classes trabalhadoras da cidade e do campo. Nesse sentido, as saídas institucionais/eleitorais até aqui enunciadas para enfrentar o bolsonarismo apontam em direção a um amplo arco de alianças e comprometimentos com setores do mercado e conservadores da direita tradicional e, nem de longe, pautam temas como a necessidade de superação da necropolítica, da reforma agrária, do controle público e social sobre as empresas estratégicas privatizadas, dentre tantos outros temas sensíveis para o mercado.

Enfim, sem o crescimento da força e do poder populares, poderemos até salvar a democracia em 2022 - esta entendida como uma conquista instável de direitos político-institucionais, pelas classes trabalhadoras em lutas contra a perspectiva autoritária das classes dominantes ao longo dos dois últimos séculos -, mas, seguramente, não conseguiremos reverter a exploração, pobreza, desemprego, destruição da natureza, a incapacidade de regulação do Estado, a violência policial a pretexto de guerra às drogas, a ausência de políticas públicas de qualidade, de moradia digna, de reforma agrária, a não

demarcação e posse dos territórios indígenas e quilombolas etc. Ou seja, não asseguraremos os conteúdos socioambientais, econômicos e culturais, que podem dar sentido a um verdadeiro projeto democrático.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BBC News Brasil (28.05.2021). **Vacinas teriam salvado 95 mil vidas se governo Bolsonaro não tivesse ignorado ofertas, calcula pesquisador**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57286762> acesso em 02.06.2021.

CANAAN, Gabriel Lecznieski. **O Brasil na mira do tio Sam**: a atuação da embaixada dos EUA durante o governo Lula (2003-2010). (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204529> acesso em 20.03.2021.

CIMI (22.06.2021). **Indígenas são atacados pela polícia em Brasília durante protesto pacífico contra PL 490/2007**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/06/indigenas-atacados-policia-brasilia-protesto-pacifico-contra-pl-490/> acesso 24.06.2021.

CONGRESSO EM FOCO (24.06.2021). **400 mil vidas poderiam ter sido salvas, estimaram epidemiologistas em CPI**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/cpi-da-covid-ouve-pedro-hallal-e-jurema-werneck/> acesso em 26.06.2021.

CREDIT SUISSE. **O relatório de riqueza global 2021**. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html> acesso em 26.06.2021

DESPEJO ZERO (Campanha), 2021. Disponível em: https://www.campanhadespejozero.org/#gallery_2-4 acesso 30.03.2021.

DRAIBE, S.; RIESCO, M. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, maio/ago., p. 220-254, 2011.

FIORI, José L. Sete potências e um destino. **Outras Palavras**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/sete-potencias-e-um-destino/> acesso em 24.06.21).

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

IBGE, 2021. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> acesso em 25.06.2021.

IPEA. **Atlas da violência - 2020**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> acesso 15.02.2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: Editora n1 edições, 2018.

NASSIF, L. **Luís Nassif denuncia como foi montado o golpe do século contra a Petrobras.**

Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/55354/luis-nassif-denuncia-como-foi-montado-o-golpe-do-seculo-contra-a-petrobras> acesso em 21.03.2021.

NEVES, Lucília de Almeida. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964).** São Paulo: Marco Zero, 1989.

SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo/Clacso, 2013.

SAFATLE, Vladimir. Para além da necropolítica. **n-1 edições.** Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/191> acesso em 02.03.2021

SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.